



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, LEI 13.019/2014 E INSTRUÇÃO NORMATIVA SGC Nº 001/2017 PARA:

CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIA DE FORMA ININTERRUPTA A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

CLAUDETE MARIA HERMOGENES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
"Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas"

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2020 FMS.

CHAMADA PÚBLICA 3/2020 FMS.

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que **a partir do dia 18 de fevereiro de 2020**, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, na Prefeitura do Município de Navegantes, sito à Rua João Emílio, 100 – Centro está aberto o credenciamento e recebimento dos documentos, de conformidade com as condições ora expostas e pelas seguintes razões:

1. OBJETO

Constitui-se como objeto, do presente edital, o credenciamento de pessoas jurídicas: **CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS), PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.**, com pagamento de acordo com Relação de Itens, anexo deste Edital, visando atender as necessidades da municipalidade, nos termos e condições constantes neste edital, pelo período contratual de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada e aditada nos termos da Legislação Vigente e acordo entre as partes, ou até da qualificação do prestador em outro edital deste Fundo Municipal de Saúde. A fim de apoiar as atividades operacionais do **Fundo Municipal de Saúde**, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.	PAR	12,00	33.000,00	396000,00

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



	Total	396.000,00
--	-------	------------

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

2.1 Poderão participar do presente Credenciamento as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste, desde que estejam regularmente instaladas no Município de Navegantes.

2.2 As proponentes deverão apresentar Carta de Apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da credenciada em todas as etapas do Credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

2.3 Visando à racionalização dos trabalhos, é conveniente que a autenticação de documentos pelo servidor, seja solicitada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da entrega do envelope, mediante a apresentação dos originais para confronto.

D) Não será efetuada a autenticação de documentos na hora destinada à recepção dos envelopes, sendo tolerada em casos extremos a apresentação de documentos para autenticação até 20 minutos antes.

2.4 Será vedada a participação de empresas quando:

- a) Constituídas na forma de consórcio;
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas pela administração pública federal, estadual, ou do município de Navegantes/SC, ou ainda que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;
- c) sob o processo de Falência ou Recuperação Judicial;

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 A empresa proponente deverá apresentar, em 01 (uma) via, os seguintes documentos:

- I. Apresentação da Declaração de Cumprimento das Condicionantes Legais, conforme modelo constante no anexo III do presente edital.
- II. Cópia do estatuto social registrado e eventual última alteração promovida no estatuto social da organização da sociedade civil ou certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- III. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- IV. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

V. Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

VI. Decreto de autorização, em se tratando de organização da sociedade civil estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII. Apresentação de declaração autenticado em cartório, aceitando e se comprometendo a seguir o Plano de Aplicação, do anexo II;

VIII. Apresentar Plano de Trabalho, anexo I, conforme valores estabelecidos no Plano de Aplicação, anexo II.

IX. Declaração de que a organização não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho ou pela própria empresa licitante, conforme ANEXO IV deste edital.

3.2 Regularidade Fiscal (artigo 29, Lei nº 8.666/93):

3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

3.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. **(Ex: www.sintegra.gov.br)**.

3.2.3 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP/O/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

3.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.
http://tributario.sef.sc.gov.br/tax.Net/tax.net.ctacte/CND_Solicitacao_v2.aspx

3.2.5 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. **(site relativo ao município da sede do licitante)**.

3.2.6 As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

3.2.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

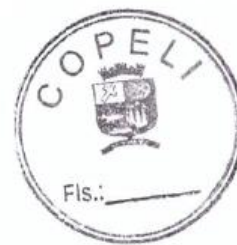
<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

3.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.
<http://www.tst.jus.br/certidao>

§ 1º Não serão aceitos protocolos, declarações ou documentos afins para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das instituições proponentes, salvo se a impossibilidade de apresentação da CND decorra de culpa exclusiva de terceiros, devidamente justificada pela entidade e aceita pela Comissão de Seleção.

3.3 Qualificação Econômico-Financeira (artigo 31, Lei nº 8.666/93):

3.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

3.3.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, somente será válida se apresentada juntamente com a respectiva Certidão de Registros Cadastrados no sistema e-Proc. <https://certeproc1q.tjsc.jus.br>

3.4 Qualificação Técnica (artigo 30, Lei nº 8.666/93):

I - Prova de Inscrição no Conselho Municipal pertinente a área de atuação correspondente, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou firmar Parceria com a Administração Pública;

II - Comprovação da organização de possuir em seu quadro de colaboradores, na data do Credenciamento, profissionais devidamente habilitados para a execução do objeto da presente parceria, devendo esta comprovação dar-se das seguintes formas:

- a) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma organização, sob pena de inabilitação de ambas.
- b) Apresentação dos respectivos diplomas dos profissionais envolvidos diretamente na execução do objeto (quando assim couber);

§ 1º Caso a proponente não disponha de tais profissionais em seu quadro de colaboradores na data de apresentação da proposta poderá ser concedido o prazo de até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS para apresentação do vínculo dos profissionais exigidos para execução do objeto da parceria.

III – Declaração de que a organização da sociedade civil dispõe de Capacidade Técnica e operacional, bem como possui todos os materiais e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades previstas e ao cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho;

3.4.1 Prova de Regularidade do Alvará de Funcionamento e do Alvará Sanitário.

4. DA APRESENTAÇÃO

4.1 O envelope contendo a documentação necessária para o credenciamento deverão ser apresentados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
ENVELOPE Nº 1 - CREDENCIAMENTO
PROCESSO N.º 03/2020 FMS
CREDENCIAMENTO N.º 03/2020 FMS
RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO INTERESSADO

4.2 O local de entrega do envelope contendo todos os documentos será o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100, Centro, Navegantes, SC.

4.3 A Instituição deverá disponibilizar no Plano de Trabalho que integrará a documentação obrigatória para a entrega do envelope, a quantidade de vagas, conforme quadro de vagas disponibilizadas pelo MUNICÍPIO na minuta do ANEXO V.

4.4 As vagas não preenchidas poderão ser redistribuídas pela Secretaria Municipal de Saúde, desde que preenchidos os requisitos do Termo de Colaboração e da legislação vigente.

5. DA ABERTURA E JULGAMENTO

5.1 O Município de Navegantes/SC através do representante legal para este fim, receberá o envelope contendo os documentos e encaminhará para a Secretaria Municipal de Saúde que verificará se a documentação atende ao exigido nos preceitos do presente Credenciamento.

5.2 O envelope poderá ser aberto no ato da entrega ou em momento posterior a critério do Município, não devendo ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias a contar da data da entrega.

5.3 Aberto o envelope e constatado irregularidade na documentação apresentada, será comunicado por escrito a proponente, a qual restará imediatamente inabilitada. A efetivação (confirmação) ou não do referido comunicado não é motivo para interrupção ou suspensão do procedimento convocatório previsto no presente edital.

5.4 Restando regular a documentação, será (ao) imediatamente declarada(s) habilitada(s) a(s) empresa(s), restando, portanto, CREDENCIADA e sendo isto requisito para possibilitar a assinatura do respectivo Termo de colaboração de empresa entre a pessoa jurídica e a administração municipal.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 O Município obriga-se:

a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo I deste Edital.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE; e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- e) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- f) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- g) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município, conforme IN 001/2017;
- h) transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.
- i) manter transparência das prestações de contas e demais documentações da colaboração, conforme IN 0001/2017;
- j) instituir a Comissão de Seleção e Julgamento;
- k) instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- l) designar o(a) Gestor da Parceria;

7. DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE

7.1 O Partícipe obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTICIPE;

b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;

c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;

e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;

f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos nos prazos estabelecidos na IN 001/2017;

g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;

h) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, conforme IN 001/2017, no caso de denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;

i) prestar **gratuitamente** os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;

j) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;

k) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;

l) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Navegantes para responder à ação;

m) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

n) prestar atendimento à população do Município de Navegantes, com os serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros,

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



inclusive no Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder e no Porto de Navegantes;

o) auxiliar na preservação dos equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior;

p) A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer fundamentado do órgão concedente que demonstre conforme Instrução Normativa N. TC-014/2012 art. 20º as seguintes características:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei (federal) n. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI – a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII – a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

q) Apresentar os documentos comprobatórios das despesas seguindo os artigos 30º e 31º da Instrução Normativa N. TC-014/2012 que estabelece os critérios para prestação de contas;

Art. 30. Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 31. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade

- r) realizar busca mercadológica, para a aquisição de materiais e produtos e para a prestação de serviços, em pelo menos 3 (três) fornecedores, devendo respeitar o menor valor, os orçamentos devem seguir as exigências da IN 001/2017 e a IN 002/2018;
- s) apresentar a prestação de contas, conforme previsão na IN 001/2017;
- t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;
- u) manter todos os profissionais envolvidos na realização do objeto deste termo, com uniformes novos, identificando o profissional.
- v) possuir sempre veículos, materiais e equipamentos novos, em perfeitas condições de uso, principalmente por se tratar de serviços de urgência e emergência;
- w) Deverá constar os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentária
- e) utilização dos recursos conforme Art. 62, da IN 001/2017.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas com a execução do presente edital correrão à conta da dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.083.3350.00	5002	9/2020	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



9. DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

9.1 O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será de R\$ 396.000,00 (Trezentos e noventa e seis mil reais), em 12 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para xx/01/2020;
- Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/02/2020;
- Terceira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/03/2020;
- Quarta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/04/2020;
- Quinta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 04/05/2020;
- Sexta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/06/2020;
- Sétima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/07/2020;
- Oitava Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/08/2020;
- Nona Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/09/2020;
- Décima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/10/2020;
- Décima Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/11/2020;
- Décima Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/12/2020;

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Nona equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária nº 11/2020, Projeto/Atividade 2.083.3390.00, Recurso 5002, Descrição Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde.

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta corrente, em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e a medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – Quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

- a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alteração;
- b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados
- c) no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;
- d) quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
 - e) quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;
 - f) Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência.

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

§ 7º As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

10. DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

10.1 São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

IV – Comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.1 A vigência será da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O presente edital somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

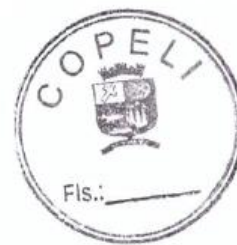
§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, em até 60 (sessenta) dias corridos para utilização dos recursos e 10 (dez) dias úteis para entrega da prestação de contas, observada a obrigatoriedade de apresentar a prestação de contas final de cada exercício financeiro, conforme previsto na IN SGC 001/2017.

12.2 Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, o administrador público notificará a organização em até 5 (cinco) dias, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a citada obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, na forma da legislação vigente.

12.3 O processo de prestação de contas, deverá conter folhas sequenciais, numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo, sem prejuízo do rol existente no artigo 47 da IN 001/2017, e encaminhado a Unidade gestora nos prazos estabelecidos acima e artigo 46 da referida Norma.

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receita efetivamente realizado;
- c) Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- d) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término de vigência deste Termo.

12.4 Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário municipal, sujeitando a organização ou o seu responsável a tomada de contas especial se:

I - deixar de prestar contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido;

II - não restituir ao Município:

a) recursos financeiros não aplicados na execução da parceria ou de seu objeto, ou

b) equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para os fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão;

III - a destinação de recursos provenientes da parceria para:

a) gastos, cuja competência de realização seja anterior ou posterior a data da vigência da parceria;

b) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento.

12.5 As prestações de contas serão avaliadas, conforme disposto no artigo 72 da Lei 13.019/2014:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

13. DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

13.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e da IN 001/2017, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em processos da prefeitura municipal e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de processos da prefeitura municipal ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

13.2 O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula;

13.3 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

13.4 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

13.5 Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

13.6 O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las a organização da sociedade civil, torna-se inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

13.7 As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

- I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;
- II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;
- III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;
- IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;
- V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.
- VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

13.8 O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE, através da Controladoria Geral do Município, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, e Gestor da parceria, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

13.9 Do Gestor da Parceria:

13.9.1 O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e participar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente Termo.

13.9.2 O Gestora da parceria será a servidora Carla da Silva de Carvalho, lotada na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo, com as seguintes atribuições, sem prejuízo das especificadas no item anterior:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - comunicar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parciais, e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:
 - a) Os resultados alcançados e seus benefícios;
 - b) Os impactos econômicos;
 - c) O grau de satisfação do público alvo;

13.9.3 Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

13.10 Da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

13.10.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá seguir as instruções do Art. 38, da IN 001/2017;

13.10.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação será formada pelos os servidores Argel Vivaldino Antenor Ribeiro, Alessandra Regina Lucas, Juliana Prauso e Patrícia Bento de Souza Pereira, lotados na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo.

13.10.3 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

13.10.4 Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

14. DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1 O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
- III – cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

15. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

15.1 O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º e demais dispositivos aplicáveis.

16. DAS ALTERAÇÕES

16.1 O presente edital poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

17. DA AÇÃO PROMOCIONAL

17.1 Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Navegantes, observando o disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, na internet, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O CONTRATADO incorrerá em multa, quando houver o descumprimento de uma ou mais obrigações previstas no Presente Instrumento.

18.2 O valor da sanção a ser aplicada será proporcional aos danos causados a Administração Pública, podendo chegar a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

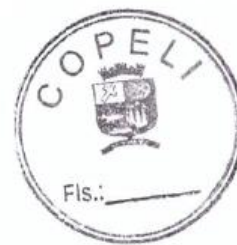
Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, poderão ser aplicadas penalidades de:

- a) advertência;
- b) multa da forma e equivalência da Cláusula Oitava;

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 02 (dois) anos;
- d) impedimento temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos
- e) declaração de inidoneidade para licitar com esta administração pública;
- f) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;
- g) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO Incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula nona, se:

- a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;
- c) demonstrar inidoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese da caracterização da litigância de má-fé, a Prefeitura Municipal, independentemente, da ação judicial competente, aplicará, imediatamente, após a constatação do fato, penalidade de suspensão ao CONTRATADO, do direito de participar das licitações promovidas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

19. DO DESCREDENCIAMENTO

19.1 A empresa credenciada poderá ser descredenciada quando:

- a) Descumprir ou violar, no todo ou em parte, as normas contidas no edital de credenciamento ou no instrumento de contratação de prestação de serviço,
- b) Apresentar, a qualquer tempo na respectiva do instrumento contratual, documentos que tenha informações inverídicas;
- c) Não cumprir com a prestação de serviços, mesmo temporariamente sem razão fundamentada ou notificação prévia.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Em caso de REVOGAÇÃO ou ANULAÇÃO deste Credenciamento serão observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações;

20.2 O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis após convocação formal pelo município.

20.3 Será facultado ao Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC, em qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do contrato, bem como a aferição dos serviços ofertados, além de solicitar dos órgãos técnicos competentes a elaboração de pareceres destinados a fundamentar a decisão;

20.4 A (o) credenciada (o) deverá comunicar formalmente ao Fundo Municipal da Saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante plena justificativa técnica, sob pena de procedimentos administrativos competentes.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



20.5 O credenciamento universal será formalizado por decisão do Fundo Municipal de Saúde, e gestora do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes-SC e poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse público, ou a pedido da (o) credenciada (o), que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

20.6 A remuneração recebida pela (o) credenciada (o) não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

20.7 A(o) credenciada(o) será responsável pela indenização de dano causado ao paciente, ou a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a(o) credenciada(o) o direito de regresso. A responsabilidade da (o) credenciada (o) estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do art. 14 da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

20.8 Os casos omissos serão discutidos e analisados pela Secretaria Municipal de Saúde, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor atendimento aos usuários;

20.9 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100 – Centro – CEP 88370-446 – Navegantes – SC, em dias úteis, no horário de expediente das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou e-mail: fernanda.hassmann@navegantes.sc.gov.br ou inglid.dias@navegantes.sc.gov.br.

20.10 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local a que está vinculada Comissão de Licitação, ou seja, o foro da Comarca de Navegantes/SC.

20.11 Aplica-se ao presente Edital, nas partes omissas, a legislação em vigor.

20.12 De acordo com o artigo 37 da Instrução Normativa nº 002/2018 da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, que institui normas disciplinando os procedimentos gerais para compras, licitações e contratos da Administração Direta e Indireta do Município de Navegantes: *“O Município somente autoriza a realização de uma despesa, alteração do objeto do contrato, ajustes nos serviços ou obras, seja aumento ou reduzindo a despesa ou até mesmo prorrogando, mediante os aspectos formais de aditivos, quando for o caso e, SEMPRE, através de prévia Autorização de Fornecimento e respectivo Empenho. Qualquer servidor de der causa, autorizando a realização de despesa, alteração do objeto ou qualquer tipo de ajuste diretamente com o fornecedor, sem os devidos trâmites legais, será o ÚNICO responsável pelo feito, devendo arcar com seu custo, sem prejuízo de outras penalidades. O Município NÃO RECONHECERÁ nenhuma despesa que desrespeite os trâmites desta instrução e outras normas pertinentes”*.

14.13 Integram este Credenciamento os seguintes anexos:

ANEXO I – Plano de Trabalho;

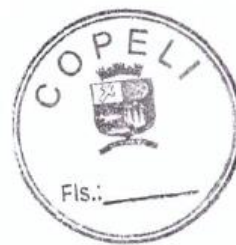
ANEXO II – Plano de Aplicação;

ANEXO III – Declaração de Cumprimento dos Condicionantes Legais;

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO IV – Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;

ANEXO V – Termo de Colaboração;

ANEXO VI – Termo de Referência;

ANEXO VII – Relação de Itens.

14.14 O presente Credenciamento e seus Anexos, bem como parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

14.15 Para o conhecimento público expede-se o presente edital, que é publicada no site oficial do município.

NAVEGANTES, SC, 18 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE MARIA HERMOGENES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE:		CNPJ:	
ENDEREÇO:		ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL):	
CIDADE:	UF:	CEP:	(DDD) FONE:
CONTA CORRENTE:	BANCO:	AGENCIA:	PRAÇA DE PAGAMENTO:
NOME DO RESPONSÁVEL:			CPF:
CARTEIRA DE IDENTIDADE (ORGÃO EXPEDIDOR):	CARGO:		PROFISSÃO:
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:			CEP:

DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO DO PROJETO

2.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.3 PERÍODO DE EXECUÇÃO	
INÍCIO	TÉRMINO

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA (O PORQUÊ DO PROJETO)

4 - OBJETIVO GERAL E OBJETIVO ESPECÍFICO

4.1 – GERAL: (O QUE SE QUER ALCANÇAR COM O PROJETO)

4.2 – ESPECÍFICO: (O QUE SE QUER ATINGIR, ATINGINDO AS CAUSAS DO PROBLEMA)

5. - METODOLOGIA:

--

5.1 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

5.2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E ATIVIDADES: (TEMPO PREVISTO PARA A EXECUÇÃO DE CADA UMA DAS ETAPAS E ATIVIDADES DESCRITAS NA METODOLOGIA):

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



5.3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
ATIVIDADES	MESES		

6. METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

6.1 – METAS:

6.2 – RESULTADOS ESPERADOS:

7. CAPACIDADE INSTALADA:

7.1 – RECURSOS HUMANOS:

7.2 – INSTALAÇÕES FÍSICAS:

7.3 – EQUIPAMENTOS:

7.4 – MOBILIÁRIOS:

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

8.1 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

8.2 – INDICADORES DE RESULTADOS:

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO II

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS: REPASSE MENSAL DA COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS)

ESPECIFICAÇÃO: EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES.

DESCRIÇÃO DA DESPESA (RESUMO POR RUBRICAS)		VALOR R\$
	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	10.800,00
	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	14.200,00
VALOR TOTAL		33.000,00

Valor da Despesa:

RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	CARNE/FRANGO/LINGUIÇA/ PEIXE/SALSICHA	1.800,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	SUCOS / REFRIGERANTE	200,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ARROZ	250,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MACARRÃO	150,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	FEIJÃO	150,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	FARINHA DE MANDIOCA	60,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	FARINHA DE TRIGO	60,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MASSA DE TOMATE	30,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ÓLEO	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MARGARINA	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	OVOS	250,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	VERDURAS E LEGUMES	250,00

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	FRUTAS	300,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	CAFÉ	150,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	AÇUCAR	120,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	SAL	20,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	TEMPEROS	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	LATÍCIÑIOS (QUEIJO, IOGURTE, DOCE DE LEITE, LEITE CONSENSADO, REQUEIJÃO, CREME DE LEITE, LEITE)	500,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	PRESUNTO, APRESUNTADO, MORTADELA	150,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	BISCOITOS/PÃO	200,00
MATERIAL DE CONSUMO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	DOCES DE FRUTAS	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	DETERGENTE	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	ÁGUA SANITÁRIA	120,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	ÁLCOOL	120,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	DESENGORDURANTE	30,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	DESINFETANTE	80,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	ESPONJA	20,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	VASSOURA	50,00

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	RODO	50,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	PAPEL HIGIÊNICO	200,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	SABONETE LÍQUIDO	70,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	PAPEL TOALHA	100,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	SABÃO EM PÓ	100,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	LIMPA VIDROS	30,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	PANOS DE LIMPEZA	40,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA	SACOS DE LIXO	100,00
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A.P.H.	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A.P.H.	2.000,00
SUB TOTAL			8.000,00

TIPO DO SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL (QUARTEL)	LOCAÇÃO DE IMÓVEL (QUARTEL)	10.300,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	SERVIÇO DE CONSULTORIA	CONTADOR	500,00

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- Quando o objeto envolver a contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade, o custo individual e total bem como as justificativas da escolha.

SUB TOTAL	10.800,00
------------------	------------------

TIPO DO SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	MECÂNICA EM GERAL	PEÇAS E MÃO DE OBRA	3.000,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	ABASTECIMENTO/COMBUSTÍVEL	GASOLINA, ÁLCOOL E DIESEL	6.500,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	ENERGIA ELÉTRICA	ENERGIA ELÉTRICA	2.500,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	LOCAÇÃO DE RÁDIO COMUNICAÇÃO	LOCAÇÃO DE RÁDIO COMUNICAÇÃO	1.500,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇO DE INFORMÁTICA	GESTÃO DE SOFTWARE	700,00
SUB TOTAL			14.200,00

TOTAL GERAL	33.000,00
--------------------	------------------

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CONDICIONANTES LEGAIS

Eu, (Nome do dirigente), (Nacionalidade), (Estado Civil), Portador da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado em (Endereço do dirigente), DECLARA, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, e fica responsável pela veracidade das informações apresentadas, que o (a) (Nome da organização), com sede em (inserir endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____:

I - Não está inadimplente com prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal, bem como não estão à entidade e seus dirigentes sofrendo quaisquer das sanções previstas na Lei Municipal, bem como a instituição não consta do Rol do Cadastro de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM.

II - Assume o dever de receber, aplicar e prestar contas dos recursos recebidos através de parceria pública com o Município de Navegantes/SC, bem como os da Devida contrapartida, na forma da legislação vigente, em especial a IN nº 01/2017SGC.

III - Não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

IV - Possui 01 (UM) ano de existência com cadastro ativo.

V - Que os preços expressos no projeto destinado a (inserir objeto do projeto) estão compatíveis com os praticados no mercado local/regional.

VI - No caso de aquisição de materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, a propriedade do bem será transferida ao Município, na hipótese da extinção do objeto.

VII - Observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da isonomia, e da razoabilidade na aplicação dos recursos.

VIII - Que publicará, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



IX - Afixará placa na entrada principal de sua sede, com as informações da parceria mantida com órgãos do Município, conforme estabelecido no Anexo VIII da Instrução Normativa nº01/2017SGC.

X - Que irá manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria em instituição financeira oficial.

XI - Não tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

XII - Está ciente da obrigação de a organização inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer às normas uniformes para todo e qualquer contratante.

Local e Data

Nome e Assinatura do Dirigente da organização

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)

A empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante
legal, sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA** para
fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854,
de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
(____).

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO V
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXX/2020

CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIA DE FORMA ININTERRUPTA A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTESQUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emilio Vieira, e pela Secretária Municipal de Saúde, Sr.^a Claudete Maria Hermogenes, nomeada pela portaria 3385/2019 de 09 de dezembro de 2019, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve doravante denominada de **CONTRATADA** pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital de credenciamento nº 3/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a realização de **CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS), PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE**

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNICÍPIOS DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.	PAR	12,00	33.000,00	396000,00
				Total	396.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente Contrato é firmado através do Edital de Credenciamento n.º 3/2020, sendo regido pelo Art. 61 da Lei 8.666/93.

2.2 O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 A vigência será da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O presente edital somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

4.1 O extrato do Presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, no parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no portal da internet www.navegantes.sc.gov.br/licitacao

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas com a execução do presente edital correrão à conta da dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.083.3350.00	5002	9/2020	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

6.1 O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), em 12 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para xx/01/2020;
- Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/02/2020;
- Terceira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/03/2020;
- Quarta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/04/2020;
- Quinta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 04/05/2020;
- Sexta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/06/2020;
- Sétima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/07/2020;
- Oitava Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/08/2020;
- Nona Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/09/2020;
- Décima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/10/2020;
- Décima Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/11/2020;
- Décima Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/12/2020;

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Sexta equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária nº 11/2020, Projeto/Atividade 2.083.3390.00, Recurso 5002, Descrição Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde.

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta corrente, em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e a medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alteração;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados

c) no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

d) quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

e) quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

f) Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência.

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

§ 7º As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O CONTRATADO incorrerá em multa, quando houver o descumprimento de uma ou mais obrigações previstas no Presente Instrumento.

7.2 O valor da sanção a ser aplicada será proporcional aos danos causados a Administração Pública, podendo chegar a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, poderão ser aplicadas penalidades de:

a) advertência;

b) multa da forma e equivalência da Cláusula Oitava;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 02 (dois) anos;

d) impedimento temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



- e) declaração de inidoneidade para licitar com esta administração pública;
- f) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;
- g) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO Incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula nona, se:

- a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;
- c) demonstrar inidoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese da caracterização da litigância de má-fé, a Prefeitura Municipal, independentemente, da ação judicial competente, aplicará, imediatamente, após a constatação do fato, penalidade de suspensão ao CONTRATADO, do direito de participar das licitações promovidas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo I deste Edital.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTICIPE; e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- e) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados,

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;

f) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;

g) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município, conforme IN 001/2017;

h) transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

i) manter transparência das prestações de contas e demais documentações da colaboração, conforme IN 0001/2017;

j) instituir a Comissão de Seleção e Julgamento;

k) instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação;

l) designar o(a) Gestor da Parceria;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE

9.1 O Partícipe obriga-se:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;

b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;

c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;

e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;

f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos nos prazos estabelecidos na IN 001/2017;

g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;

h) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, conforme IN 001/2017, no caso de denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;

- i) prestar **gratuitamente** os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;
- j) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
- k) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- l) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Navegantes para responder à ação;
- m) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
- n) prestar atendimento à população do Município de Navegantes, com os serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros, inclusive no Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder e no Porto de Navegantes;
- o) auxiliar na preservação dos equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior;
- p) A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



fundamentado do órgão concedente que demonstre conforme Instrução Normativa N. TC-014/2012 art. 20º as seguintes características:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei (federal) n. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI – a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII – a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

q) Apresentar os documentos comprobatórios das despesas seguindo os artigos 30º e 31º da Instrução Normativa N. TC-014/2012 que estabelece os critérios para prestação de contas;

Art. 30. Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 31. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade

- r) realizar busca mercadológica, para a aquisição de materiais e produtos e para a prestação de serviços, em pelo menos 3 (três) fornecedores, devendo respeitar o menor valor, os orçamentos devem seguir as exigências da IN 001/2017 e a IN 002/2018;
- s) apresentar a prestação de contas, conforme previsão na IN 001/2017;
- t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;
- u) manter todos os profissionais envolvidos na realização do objeto deste termo, com uniformes novos, identificando o profissional.
- v) possuir sempre veículos, materiais e equipamentos novos, em perfeitas condições de uso, principalmente por se tratar de serviços de urgência e emergência;
- w) Deverá constar os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentária
- e) utilização dos recursos conforme Art. 62, da IN 001/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

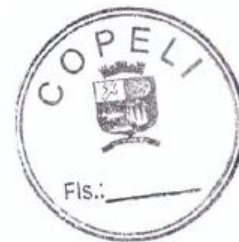
10.1 São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

- I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, em até 60 (sessenta) dias corridos para utilização dos recursos e 10 (dez) dias úteis para entrega da prestação de contas, observada a obrigatoriedade de apresentar a prestação de contas final de cada exercício financeiro, conforme previsto na IN SGC 001/2017.

11.2 Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, o administrador público notificará a organização em até 5 (cinco) dias, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a citada obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, na forma da legislação vigente.

11.3 O processo de prestação de contas, deverá conter folhas sequenciais, numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo, sem prejuízo do rol existente no artigo 47 da IN 001/2017, e encaminhado a Unidade gestora nos prazos estabelecidos acima e artigo 46 da referida Norma.

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receita efetivamente realizado;
- c) Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- d) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término de vigência deste Termo.

11.4 Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário municipal, sujeitando a organização ou o seu responsável a tomada de contas especial se:

I - deixar de prestar contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido;

II - não restituir ao Município:

- a) recursos financeiros não aplicados na execução da parceria ou de seu objeto, ou
- b) equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para os fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão;

III - a destinação de recursos provenientes da parceria para:

- a) gastos, cuja competência de realização seja anterior ou posterior a data da vigência da parceria;
- b) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embarcar-lhes o funcionamento.

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



11.5 As prestações de contas serão avaliadas, conforme disposto no artigo 72 da Lei 13.019/2014:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

13.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e da IN 001/2017, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em processos da prefeitura municipal e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de processos da prefeitura municipal ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

13.2 O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula;

13.3 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

13.4 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

13.5 Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

13.6 O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período para a correção da prestação de contas,

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



não conseguindo saná-las a organização da sociedade civil, torna-se inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

13.7 As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

- I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;
- II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;
- III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;
- IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;
- V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.
- VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

13.8 O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE, através da Controladoria Geral do Município, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, e Gestor da parceria, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

13.9 Do Gestor da Parceria:

13.9.1 O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e participar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente Termo.

13.9.2 O Gestora da parceria será a servidora Carla da Silva de Carvalho, lotada na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo, com as seguintes atribuições, sem prejuízo das especificadas no item anterior:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - comunicar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parciais, e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



Avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

- a) Os resultados alcançados e seus benefícios;
- b) Os impactos econômicos;
- c) O grau de satisfação do público alvo;

13.9.3 Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

13.10 Da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

13.10.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá seguir as instruções do Art. 38, da IN 001/2017;

13.10.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação será formada pelos servidores Argel Vivaldino Antenor Ribeiro, Alessandra Regina Lucas, Juliana Prauso e Patrícia Bento de Souza Pereira, lotados na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo.

13.10.3 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

13.10.4 Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13.1 O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
- III – cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

14.1 O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º e demais dispositivos aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1 O presente edital poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

16.1 Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Município de Navegantes, observando o disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, na internet, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2 Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 02 (duas) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

Navegantes, xxxx de xxxxx de 2020.

EM BRANCO

EMILIO VIEIRA

Prefeito Municipal de Navegantes

EM BRANCO

CLAUDETE MARIA HERMOGENES

Secretária Municipal de Saúde

EM BRANCO

CONTRATADO

CNPJ:XXXXXXXXXXXX

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Testemunhas:

EM BRANCO

XXXXXXXXXX
CPF

EM BRANCO

XXXXXXXXXX
CPF

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ANEXO VI
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: CREDENCIAMENTO VISANDO PROPORCIONAR COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS), PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNÍCIPIES DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTRA-HOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO, SALVAMENTO AQUÁTICO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO EM CASOS DE INUNDAÇÕES, DESABAMENTOS, CATÁSTROFES E CALAMIDADES PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, POR 24H POR DIAS DE FORMA ININTERRUPTA, A TODOS OS MUNÍCIPIES DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO REPASSE FINANCEIRO, NA FORMA DO PLANO DE TRABALHO E PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO, CONFORME ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.	PAR	12,00	33.000,00	396000,00
				Total	396.000,00

Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



2. JUSTIFICATIVA

O serviço de atendimento pré-hospitalar móvel na área de urgência e emergência, é destinado às vítimas de trauma, violência urbana, mal súbito, acidentes domésticos, acidentes de trânsito, distúrbios psiquiátricos, entre outros. Visa estabilizar o paciente de forma eficaz, rápida e com equipe preparada para atuar em qualquer ambiente e remover o paciente para uma unidade hospitalar.

A realização de transporte intra-hospitalar, é serviço de rotina nos hospitais, realizando o transporte dos pacientes, para a realização de exames complementares, intervenções cirúrgicas, ou para realização de seu tratamento em unidades de Saúde, adequadas a sua necessidade naquele momento.

O combate a incêndio, salvamento aquático, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, são eventos que necessitam de apoio profissional qualificado, atendendo a vítima de forma rápida e eficaz.

Portanto todos os eventos apresentados acima, são problemas que acabam migrando para o SUS – Sistema Único de Saúde, desta forma cabe a Secretaria de Saúde Municipal, criar mecanismos de auxílio aos pacientes/vítimas, ofertando, através de colaboração a prestação desses serviços aos municípios.

Por esse motivo, a Secretaria de Saúde de Navegantes, encaminha este credenciamento, visando proporcionar parceria entre organizações da sociedade civil (OSCS), para execução de atividades em regime de mútua cooperação.

Justifica-se a dispensa de chamamento público para a formalização do termo de colaboração entre a Secretaria de Saúde de Navegantes e a Organização da Social Civil, nos termos do art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por **organizações da sociedade civil previamente credenciadas** pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

O aumento no valor do repasse, se deu por conta de crescente aumento na população de Navegantes, conforme perfil epidemiológico (em anexo), realizado neste ano, há aproximadamente 79.285 (setenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco) habitantes, sendo 11,34% da população do estado de Santa Catarina.

O Hospital de Navegantes aumentou em 300% o número de atendimentos de urgência, por diferentes CID's, desde doenças do aparelho circulatório à transtornos mentais de comportamento, sendo observados que as causas mais frequentes de óbitos no Hospital de Navegantes, são por agressões,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



acidentes de trânsito, lesões provocadas voluntariamente, quedas, afogamentos e submersões acidentais.

O objeto deste credenciamento, incide diretamente nos atendimentos do Hospital de Navegantes, assim observadas tais demandas, foi realizado análise nos valores hoje repassados para a Organização da Sociedade Civil (OSCS), prestadora do serviço, sendo assim definido o aumento no valor do repasse, para melhor atendimento aos munícipes, e para cobrir parcialmente as despesas referente a prestação dos serviços.

O valor do repasse será aplicado, conforme Plano de Aplicação, em alimentação, para material de higiene e produto de limpeza, material de atendimento pré-hospitalar, locação de imóveis, serviço de consultoria, mecânica em geral, aquisição de combustível, energia elétrica, locação de rádios de comunicação e serviço de software de gestão.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes solicita a abertura deste credenciamento, a fim de prestar atendimento de urgência e emergência aos munícipes, preservando assim o direito à saúde, consagrado pela Constituição Federal, cumprindo nossos objetivos: Respeito e Qualidade de Vida aos usuários da rede municipal de saúde de Navegantes.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE; e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;

g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;

h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município, conforme IN 001/2017;

i) transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

j) manter transparência das prestações de contas e demais documentações da colaboração, conforme IN 0001/2017;

k) instituir a Comissão de Seleção e Julgamento;

k) instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação;

l) designar o(a) Gestor da Parceria;

4. O PARTÍCIPE obriga-se:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;

b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;

c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;

e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;

f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos nos prazos estabelecidos na IN 001/2017;

g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;

h) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, conforme IN 001/2017, no caso de denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;

i) prestar **gratuitamente** os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;

j) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;

k) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;

l) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Navegantes para responder à ação;

m) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

n) prestar atendimento à população do Município de Navegantes, com os serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros, inclusive no Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder e no Porto de Navegantes;

o) auxiliar na preservação dos equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior;

p) A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer fundamentado do órgão concedente que demonstre conforme Instrução Normativa N. TC-014/2012 art. 20º as seguintes características:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei (federal) n. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI - a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII - a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

q) Apresentar os documentos comprobatórios das despesas seguindo os artigos 30º e 31º da Instrução Normativa N. TC-014/2012 que estabelece os critérios para prestação de contas;

Art. 30. Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 31. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade

r) realizar busca mercadológica, para a aquisição de materiais e produtos e para a prestação de serviços, em pelo menos 3 (três) fornecedores, devendo respeitar o



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



menor valor, os orçamentos devem seguir as exigências da IN 001/2017 e a IN 002/2018;

- s) apresentar a prestação de contas, conforme previsão na IN 001/2017;
- t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;
- u) manter todos os profissionais envolvidos no realização do objeto deste termo, com uniformes novos, identificando o profissional.
- v) possuir sempre veículos, materiais e equipamentos novos, em perfeitas condições de uso, principalmente por se tratar de serviços de urgência e emergência;
- w) Deverá constar os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentária
- e) utilização dos recursos conforme Art. 62, da IN 001/2017.

5. DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

5.1 O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), em 12 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 06/01/2020;
- Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/02/2020;
- Terceira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/03/2020;
- Quarta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/04/2020;
- Quinta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 04/05/2020;
- Sexta Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/06/2020;
- Sétima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/07/2020;
- Oitava Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/08/2020;
- Nona Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/09/2020;
- Décima Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/10/2020;
- Décima Primeira Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 03/11/2020;
- Décima Segunda Parcela: R\$ 33.000,00, prevista para 02/12/2020;

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Quinta equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária nº 11/2020, Projeto/Atividade 2.083.3390.00, Recurso 5002, Descrição Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta corrente, em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e a medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alteração;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados

c) no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

d) quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

e) quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

f) Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência.

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

§ 7º As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

6. DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

6.1 São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1 A vigência do presente termo será da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, em até 60 (sessenta) dias corridos para utilização dos recursos e 10 (dez) dias úteis para entrega da prestação de contas, observada a obrigatoriedade de apresentar a prestação de contas final de cada exercício financeiro, conforme previsto na IN SGC 001/2017.

11.2 Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, o administrador público notificará a organização em até 5 (cinco) dias, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra a citada obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, na forma da legislação vigente.

11.3 O processo de prestação de contas, deverá conter folhas sequenciais, numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo, sem prejuízo do rol existente no artigo 47 da IN 001/2017, e encaminhado a Unidade gestora nos prazos estabelecidos acima e artigo 46 da referida Norma.

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receita efetivamente realizado;
- c) Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



d) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término de vigência deste Termo.

11.4 Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário municipal, sujeitando a organização ou o seu responsável a tomada de contas especial se:

I - deixar de prestar contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido;

II - não restituir ao Município:

a) recursos financeiros não aplicados na execução da parceria ou de seu objeto, ou

b) equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para os fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão;

III - a destinação de recursos provenientes da parceria para:

a) gastos, cuja competência de realização seja anterior ou posterior a data da vigência da parceria;

b) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento.

11.5 As prestações de contas serão avaliadas, conforme disposto no artigo 72 da Lei 13.019/2014:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9. DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e da IN 001/2017, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em processos da prefeitura municipal e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de processos da prefeitura municipal ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

9.2 O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficial o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula;

9.3 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

9.4 A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

9.5 Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

9.6 O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las a organização da sociedade civil, torna-se inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

9.7 As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;

II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;

III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;

IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;

V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.

VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

9.8 O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE, através da Controladoria Geral do Município, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, e Gestor da parceria, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

9.9 Do Gestor da Parceria:

9.9.1 O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e participar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente Termo.

9.9.2 O Gestora da parceria será a servidora Carla da Silva de Carvalho, lotada na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo, com as seguintes atribuições, sem prejuízo das especificadas no item anterior:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - comunicar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parciais, e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:
 - a) Os resultados alcançados e seus benefícios;
 - b) Os impactos econômicos;
 - c) O grau de satisfação do público alvo;

9.9.3 Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

9.10 Da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

9.10.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá seguir as instruções do Art. 38, da IN 001/2017;

9.10.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação será formada pelos servidores Argel Vivaldino Antenor Ribeiro, Alessandra Regina Lucas, Juliana Prauso e Patrícia Bento de Souza Pereira, lotados na Secretaria de Saúde do Município, sendo solicitada sua portaria conforme anexo.

9.10.3 A Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

9.10.4 Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10. DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1 O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;
- III – cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

11. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1 O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º e demais dispositivos aplicáveis.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1 O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

13. DA AÇÃO PROMOCIONAL

13.1 Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Navegantes, observando o disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal. § 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, na internet, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

14. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.1 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Apresentação da Declaração de Cumprimento das Condicionantes Legais, conforme modelo constante no anexo III do presente edital.
- II. Cópia do estatuto social registrado e eventual última alteração promovida no estatuto social da organização da sociedade civil ou certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- III. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- IV. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
- V. Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;
- VI. Decreto de autorização, em se tratando de organização da sociedade civil estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- VII. Apresentação de declaração autenticado em cartório, aceitando e se comprometendo a seguir o Plano de Aplicação, do anexo II;
- VIII. Apresentar Plano de Trabalho, anexo I, conforme valores estabelecidos no Plano de Aplicação, anexo II.

14.2 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da organização da sociedade civil, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título

OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no sítio eletrônico www.tst.jus.br/certidao e em todos os demais portais da Justiça do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

Atenção: o documento exigido é de DÉBITOS trabalhistas, e não de ações.

V – Prova de Regularidade do Alvará de Funcionamento e do Alvará Sanitário.

§ 1º Não serão aceitos protocolos, declarações ou documentos afins para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das instituições proponentes, salvo se a impossibilidade de apresentação da CND decorra de culpa exclusiva de terceiros, devidamente justificada pela entidade e aceita pela Comissão de Seleção.

14.3 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7. DA CF.:

I - Declaração de que a organização não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho ou pela própria empresa licitante, conforme ANEXO IV deste edital.

14.4 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Prova de Inscrição no Conselho Municipal pertinente a área de atuação correspondente, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou firmar Parceria com a Administração Pública;

II - Comprovação da organização de possuir em seu quadro de colaboradores, na data do Credenciamento, profissionais devidamente habilitados para a execução do objeto da presente parceria, devendo esta comprovação dar-se das seguintes formas:

a) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma organização, sob pena de inabilitação de ambas.

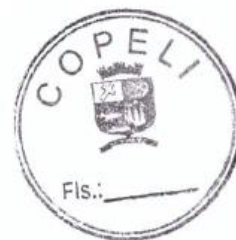
c) Apresentação dos respectivos diplomas dos profissionais envolvidos diretamente na execução do objeto (quando assim couber);

§ 1º Caso a proponente não disponha de tais profissionais em seu quadro de colaboradores na data de apresentação da proposta poderá ser concedido o prazo de até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS para apresentação do vínculo dos profissionais exigidos para execução do objeto da parceria.

III – Declaração de que a organização da sociedade civil dispõe de Capacidade Técnica e operacional, bem como possui todos os materiais e equipamentos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



necessários ao pleno desenvolvimento das atividades previstas e ao cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho;

14.5 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da organização da sociedade civil, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura dos envelopes

15. DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Navegantes, para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE MARIA HERMOGENES
SECRETÁRIA DE SAÚDE